

ÍNDICE

ABREVIATURAS	9
NOTA SOBRE JURISPRUDÊNCIA	11
NOTA PRÉVIA	13
1. INTRODUÇÃO	15
1.1. Noção	15
1.2. Antecedentes	22
1.3. Em Portugal	28
2. NEGOCIAÇÃO	35
2.1. Noção	35
2.2. Modelos de negociação	37
3. MEDIAÇÃO	41
3.1. Noção	41
3.2. Pleno domínio das partes e interesses	44
3.3. A função do advogado na mediação	46
3.4. O mediador	49
3.5. Sistemas de integração	54
3.6. Fases e técnicas	62
3.7. Sistemas públicos de mediação	65
3.8. O Direito da mediação	67
3.8.1. A convenção de mediação	68
3.8.2. A mediabilidade	73
3.8.3. Homologação do acordo obtido em mediação	76
3.8.4. Confidencialidade	82

4. CONCILIAÇÃO	87
4.1. Noção e autonomia	87
4.2. Conciliar enquanto função do juiz ou árbitro	91
4.3. Técnicas	96
5. ARBITRAGEM	101
5.1. Noção e natureza jurídica	101
5.2. Espécies	105
5.3. Convenção arbitral	107
5.3.1. Noção e natureza jurídica	107
5.3.2. Modalidades, em especial a adesão unilateral prévia	108
5.3.3. Requisitos de validade	109
5.3.4. Arbitrabilidade	117
5.3.5. Conteúdo e redação	129
5.3.6. Extensão da convenção arbitral	132
5.4. Efeito positivo e negativo da convenção de arbitragem	160
5.5. Constituição do tribunal	171
5.6. Estatuto do árbitro	175
5.7. Processo arbitral	184
5.7.1. A escolha das regras processuais	184
5.7.2. Alegações das partes	193
5.7.3. Fase intermédia	196
5.7.4. Prova, julgamento e decisão	200
5.7.5. Limites às regras processuais – os princípios fundamentais do processo justo	209
5.8. Arbitragens complexas	212
5.9. Decisão arbitral	227
5.9.1. Critério de decisão	227
5.9.2. Forma e conteúdo	237
5.9.3. Prazo	240
5.9.4. Encerramento do processo, retificação e sentença adicional	242
5.10. Impugnação da decisão arbitral	244
5.10.1. Impugnação face à LAV 86	245
5.10.1.1. Ação de anulação	245
5.10.1.1.1. Prazo e competência	245
5.10.1.1.2. Fundamentos	249
5.10.1.2. Recurso	263
5.10.1.3. Oposição à execução	264

5.10.2. Impugnação face à atual LAV	265
5.10.2.1. Ação de anulação	266
5.10.2.1.1. Tramitação	266
5.10.2.1.2. Fundamentos	268
5.10.2.2. Oposição à execução	280
6. JULGADOS DE PAZ	281
6.1. Noção	281
6.2. Princípios	290
6.3. Competência	293
6.4. Tramitação processual	297
7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO	303
BIBLIOGRAFIA	307
JURISPRUDÊNCIA	317